

A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada

O objectivo deste artigo é estudar a incidência ou repercussão que a crise económica internacional desencadeada em 1973 possa ter tido nos processos democratizadores acontecidos tanto em Portugal como em Espanha em meados dessa década. Não se trata de analisar a reciprocidade das relações entre ambas as mudanças de regime e as respectivas situações económicas, mas de ver: (a) se a crise económica interveio ou não como factor causal no acontecimento daquelas; (b) se o fez, através de que mecanismos, processos e agentes. Pretendo retomar basicamente três das lacunas que, no juízo de José Maria Maravall, exigem dos cientistas sociais uma *cura de humildade*: a questão sobre «se o desenvolvimento económico facilita a democracia ou se, pelo contrário, esta pode resultar de crises económicas», que se encadeia com aquela outra sobre «se as democratizações podem derivar de ditaduras obsoletas [...] ou de ditaduras fracassadas» (cf. Fishman, 1990b, pp. 435-436), assim como com o questionamento de «qual é o papel respectivo dos actores situados extramuros do regime e dos actores situados intramuros da ditadura» (1993, p. 13).

Desde que Seymour Martin Lipset publicou em 1959 o seu artigo «Some social requisites of democracy. Economic development and democracy», são muitos os autores que realizaram as suas análises sobre (re)democratizações monográfica ou parcialmente de acordo com esta sociologia, funcional-estruturalista. Recentemente, destacam-se as de Huntington (1991) e de Diamond

* Professor de Ciência Política na Universidade de Málaga.

(1992). Larry Diamond procede à reavaliação da tese de Lipset (1992, cap. 6) e conclui (1992, p. 125):

[...] Lipset was broadly correct both in his assertion of a strong causal relationship between economic development and democracy and in his explanations of *why* development promotes democracy. Needless to say, this relationship is not entirely predictive, nor is it necessarily linear. But that does not negate the validity of the overall relationship that Lipset hypothesized.

O meu objecto de estudo não se relaciona directamente com esta modalidade de análise; daí que não atenda nem ao seu argumento nem às críticas que se esgrimiram (v., v. g., Lipset, 1969, Diamond, 1992, cap. 6, Agüero, 1993, e Maravall, 1993 e 1995). Não obstante, julguei oportuno referi-la para justificar a relevância teórica do meu tema: este tipo de estudos, que são os que, repito, tratam de estabelecer a relação entre desenvolvimento e democracia, carece, em geral, de alusões — pelo menos — à crise económica como possível factor interveniente, quiçá inclusive desencadeante, na mudança de regime¹.

Penso que o estudo está igualmente justificado de um ponto de vista empírico: a crise económica, de algum modo desdenhada pela literatura, foi mais estudada a partir de aproximações estritamente económicas ou entendida como um lastro para ambas as transições, como um elemento desestabilizador de uma jovem democracia, vulnerável pela sua curta existência e pelos problemas que arrastava: para além da própria recessão, concretamente no caso espanhol, a violência terrorista e a apatia e o «cinismo político» dos seus cidadãos; no caso português, os autores enfatizam o agravamento da situação económica como resultado das políticas revolucionárias aplicadas do 3.º ao 5.º governos provisórios. Mas a crise económica internacional de 1973 apenas foi analisada como um possível elemento que forçou ou facilitou as democratizações peninsulares.

É certo que Huntington, apesar do que ficou dito mais acima, não só afirma que (a) «by the early 1970s many countries had achieved overall levels of economic development that provided an economic basis for democracy and that facilitated transition to democracy» e que (b) «in a few countries extremely rapid economic growth destabilized authoritarian regimes, forcing them either to liberalize or to intensify repression», como aponta, mesmo assim, que (c) «the

¹ O fenómeno foi amplamente estudado quando a mudança de regime se opera em sentido contrário ao que aqui se aborda, quer dizer, quando são os regimes democráticos os substituídos pelos autoritários (v. O'Donnell, 1973, Collier, 1979, Linz, 1987, e Haggard, 1990). A crise económica também foi estudada como possível desencadeante das transições na Europa de Leste depois de várias décadas de evidente crescimento (Bounce, 1990, e Przeworski, 1991).

oil price hikes in some countries [...] created economic downturns that weakened the authoritarian regimes» (1991, p. 59). Ora bem: ao tratar os casos um a um, concretamente ao aludir aos três países da Europa do Sul, considera tão-só que a crise afectou a ditadura grega, mas não trata de Portugal, e da Espanha diz que «the economic and social prerequisites for democracy existed [...] in 1975 and hence skilled and committed leadership could bring democratization about relatively quickly and smoothly» (1991, p. 70).

Tão-pouco quero entrar no debate suscitado pela validade do paradigma da convergência a que a última citação de Huntington poderia dar lugar, mas antes centrar o meu estudo em duas ideias esgrimidas por Gourevitch, as quais retomam o que foi dito até agora e dão lugar à exposição do marco teórico que guiará o estudo:

Economic crisis leads to policy debate and political controversy [...] [T]he responses to the economic crisis require political support» [1986, p. 19]. Ultimately, policy choices are made by politicians, by individuals who occupy institutional positions [...] But [...] their choices are constrained by the need to mobilize or retain support [1986, p. 20; *italico* nosso].

Do meu ponto de vista, as transições foram forçadas por ou instrumentalizadas contra a crise política, da qual a económica foi um detonante mais, já que atentava: (a) contra a única legitimidade da ditadura — a procedimental, baseada na *economic performance*, no «pacto autoritário» (Maravall, 1993, p. 16); (b) contra a *ordem* e a *paz social*, das quais o regime antidemocrático também se faz garante. A *democratização* (O'Donnell e Schmitter, 1986), por consequência, e de acordo com a hipótese que formulo, parece tornar-se para alguns sectores intramuros: (a) o instrumento que garante a estabilidade política e a ordem social e económica (quando as subidas salariais deixam de ser *moeda de troca* e a emigração *válvula de escape*, assim como quando não pode manter-se por mais tempo o *isolamento*); (b) o único contexto no qual poderiam aplicar-se as medidas económicas requeridas de estabilização e de ajustamento².

Ao dizer «poderiam», penso na impossibilidade ou dificuldade com que tais políticas foram aplicadas tanto (a) por um regime predatório, particularmente predatório³, e «de classe» (v., v. g., Gunther, 1980, pp. 9-10), quer

² A partir da crise de 1973 impôs-se no Ocidente a ortodoxia económica como solução mais recomendada e praticada. Supunha a aplicação de políticas de estabilização, «short-term measures designed to slow down inflation, reduce the balance-of-payments deficit, and cut the government deficit» (Przeworski, 1991, p. 144), e de ajustamento estrutural, «the set of measures designed to make the economy competitive. It is the most heterogeneous category», continua, «comprising everything from trade liberalization to price deregulation to tax reform [to monopoly attenuation]» (id., *ibid.*; v. Nelson, 1990a e 1990b).

³ Peter Evans define a actividade *predatory* dos Estados como aquela pela qual «consume the surplus they extract, encourage private actors to shift from productive activities to unpro-

dizer — como objecto deste artigo —, de natureza restrita em benefício de sectores sociais contra os quais não poderia praticar determinadas reformas (fiscal e dos monopólios, entre outras), como (b) por um regime sem legitimidade difusa; tenha-se em conta, a este respeito, o seguro deteriorar, ao menos transitório, das condições de vida de amplos sectores da população (redução de subsídios e dos salários reais, aumento do desemprego) e o consequente incremento da conflitualidade social que comportariam tais reformas, tanto maior quanto menos legitimidade tenham os que as apliquem.

Para os institucionalistas, as autoridades económicas de um regime político são tanto mais eficazes e efectivas na adopção e execução de políticas *bem sucedidas* de estabilização e ajustamento quanto mais isoladas estão, ou autónomas são, dos grupos de pressão⁴, quanto maior seja a coerência interna e a centralização do *decision making* e quantos mais instrumentos tenham à sua disposição para aplicar tais medidas (v. Haggard, 1990, pp. 42-46). Peter Evans, pelo contrário, afirma que para enfrentar satisfatoriamente a aplicação das medidas de reforma económica indicadas se requer «a combination of internal coherence and external connectedness that can be called embedded autonomy» (1992, p. 179).

Aplicando ambos os argumentos aos casos que me ocupam, sou da opinião de que a crise económica debilitou substancialmente a «força» de ambos os regimes, de acordo com os três elementos do primeiro argumento, e forçou, de acordo com o segundo, a busca da *embedded autonomy* como *solution* para a crise, que se tornava crise de regime, e não meramente conjuntural. Assim, Schmitter concluía no seu estudo sobre o golpe de Estado em Portugal que «the relative autonomy of the state may become more a source of weakness than of strength» (1975, p. 27).

A exposição articular-se-á como se segue: em primeiro lugar analisarei a evolução de ambos os regimes, no que se refere às suas políticas económicas, para assim dar lugar a um segundo ponto, no qual apresentarei alguns indicadores macroeconómicos reveladores do forte crescimento experimentado pelas duas economias nacionais; terminarei esta primeira epígrafe atendendo a alguns aspectos que, explicativos do auge, se tornaram debilidades críticas do sistema produtivo com consequências políticas em, e a partir de, 1973-1974. Na segunda parte do estudo, depois de fazer uma recapitulação de algumas macrograndezas que permitam uma compreensão mínima dos efeitos económicos da crise, analisarei as consequências que esta acarretou

ductive rent seeking, and fail to provide collective goods» (1992, p. 144; v. nota 11). Stephan Haggard precisa a maior eficácia dos regimes autoritários face aos democráticos no que a esse *predatory behavior* se refere (1990, pp. 263).

⁴ Como Haggard tornou manifesto, os institucionalistas consideram a autonomia da equipa económica com respeito à classe trabalhadora, ao campesinato ou aos grupos marginais, mas não fazem referência ao isolamento com respeito às exigências dos *powerful* (1990, pp. 264).

em termos de perda de apoios de ambos os regimes por parte de sectores *intramuros* (que exigiam a aplicação de medidas de estabilização e ajustamento) e em termos de incremento da conflitualidade social. Finalmente, farei umas reflexões sobre a medida em que os dois últimos aspectos assinalados conduziram à mudança de regime e como as políticas económicas desenvolvidas durante a fase de democratização ratificam a minha hipótese sobre a incidência da crise económica na crise institucional da ditadura, apresentada anteriormente.

DITADURA E DESENVOLVIMENTISMO

Diamantino P. Machado refere-se ao modelo de política económica desenvolvido pelo *regime salazarista* como um *particular subtype of capitalism* (1991, p. 7) imposto pela *reactionary coalition* com uma finalidade clara: «to assure the production and reproduction of capital accumulation through the subordination and exploitation of the working classes», sem riscos, sem exigências *vindas de baixo* (1991, pp. 6 e 7)⁵. Os objectivos económicos intermédios que haviam de assegurar a sua consecução eram «price stability, sound public finances, a positive balance of payments, controlled internal and external competition, and high profits and low costs» (1991, p. 7; v. Leeds, 1984, especialmente pp. 13-14). Para Bruneau, no regime de Salazar «the social and economic stability, and thus backwardness, were prized to the detriment of other values and the country by and large stagnated» (1984, p. 19).

Não obstante a proeminência da agricultura e das relações com as colónias impostas a partir do golpe de Estado de 1926 contra a I República Portuguesa, a Segunda Guerra Mundial propiciou no bloco dominante uma mudança de atitude para com a industrialização. Continuava a vê-la como uma ameaça social em potência, mas acreditava poder neutralizá-la, mantendo o proteccionista e excludente *status quo* institucionalizado. O impulso da industrialização foi procurado através da Lei de Fomento e Reorganização Industrial (Lei n.º 2005, de Março de 1945). Excluía os aumentos salariais e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores; fomentava o monopólio e o capital financeiro⁶, em detrimento explícito da pequena e média empresa, que, ou ficou

⁵ No dia 23 de Setembro de 1933 foi aprovado o Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23 048), um instrumento repressivo do regime «to guarantee the maintenance of a low level of worker's wages and, at the same time, a high level of capital accumulation via the conflict-free and risk-free expropriation of surplus value» (Machado, 1991, p. 9; v. pp. 59-60; Leeds, 1984, pp. 19-23; Opello, 1991, pp. 67-69).

⁶ Os grandes monopólios que começaram a desenvolver-se, de capital intensivo, resultaram em grande medida — à margem do incentivo legal — dos vínculos que foram estabelecendo entre si, inclusive matrimoniais, industriais e banqueiros, como de facto ocorria entre estes e os latifundiários. Umas quarenta famílias, com capacidade de influência política directa (v. Opello, 1991, p. 128), dominavam o sector privado em Portugal; as dez mais importantes eram

atrasada tecnologicamente e na sua administração, ou os seus proprietários sofreram um processo de proletarização; a lei não implicou, afinal, uma abertura da economia portuguesa ao exterior, mas um reforço do proteccionismo, já que se pensou na possibilidade de fomentar o crescimento através de um programa de substituição de importações (v. Leeds, 1984).

Os grupos industriais encontraram em tecnocratas ao serviço do *Estado Novo* o apoio necessário para forçar uma mudança liberalizadora na política económica que abrisse o país à concorrência internacional e à entrada de capital estrangeiro. Pensaram que era a forma de dinamizar uma economia anacrónica e estagnada, assim como de evitar que Portugal fosse o país mais pobre da Europa ocidental. Como indica Bruneau, «pragmatic reasons dictated a shift in one of Salazar's key tenets: a minimization of foreign investment in Portugal» (1984, p. 20). Em 1960, o país passou a ser membro da EFTA, do GATT, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, medida que dava lugar imediatamente a uma crescente afluência de capital (investimentos e empréstimos) e a um processo gradual de abolição de barreiras proteccionistas, mais pela letra dos acordos do que na prática.

As medidas liberalizadoras aceleraram-se e intensificaram-se significativamente por motivo das custosas guerras coloniais desencadeadas em Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964). O orçamento público não permitia até então manter os gastos militares que o regime se obrigava a enfrentar. O gasto público em defesa e segurança passou de 28,7% do orçamento em 1960 para 42,4% em 1968, ano em que começou a descer até aos 30% de 1973 (Schmitter, 1975, quadro n.º 2; v. quadro n.º 1 e Gunther, 1980, quadro n.º 3).

A vontade aberturista do sucessor de Salazar na Presidência do Conselho de Ministros a partir de 1968, Marcello Caetano, supôs um novo impulso a favor dos interesses daqueles sectores mais ocidentalistas. A nova equipa de governo, com um conjunto de jovens tecnocratas que ansiava pela verdadeira integração social e económica de Portugal na Europa, à margem de considerações políticas — às quais me referirei mais abaixo —, aplicou medidas económicas mais decididas do que os seus predecessores. Diminuíram ou eliminaram controles de preços, baixaram barreiras aduaneiras e reformaram o sistema de crédito nacional, assim como concederam incentivos fiscais para a modernização das indústrias. Estavam também de acordo quanto à necessidade de acabar com as autorizações estatais e outros instrumentos proteccionistas dos monopólios, que julgavam anacrónicos e obstaculizado-

proprietárias de todos os principais bancos comerciais, que, por sua vez, controlavam uma parte «desproporcionada» da economia nacional (v., v. g., Baklanoff, 1980, pp. 160 e segs., e Machado, 1991, pp. 32 e segs.).

res da competitividade dos bens portugueses no mercado mundial⁷. Daí que, através da Lei de Desenvolvimento Industrial, promulgada em 1972, fossem derogados os requisitos de autorização industrial de novas empresas em muitos campos, fossem concedidas isenções fiscais temporárias e outro tipo de incentivos aos novos negócios, assim como se proporcionou apoio financeiro governamental aos projectos industriais seleccionados.

Como no caso português, também na primeira fase do *regime franquista* foram elementos característicos o antiliberalismo, a subordinação da economia aos fins políticos, a preferência pela agricultura e pelos valores rurais face à indústria e aos valores urbanos, assim como a ênfase constante na nova forma de vida e o *Nuevo Estado*. Bloquearam-se as transferências de capitais para o estrangeiro e impuseram-se restrições à liberdade de indústria, assim como, entre outras medidas, o sector do trigo foi intervencionado. O bloco dominante prosseguiu a consecução de uma poderosa economia autárquica, embora à custa da ineficiência e injustiça social que fosse precisa. Ficou tudo numa «intenção menos ambiciosa de simples sobrevivência económica» (Esteban, 1978, p. 159), sustentada pelo desequilíbrio, por um lado, entre uma classe trabalhadora reprimida⁸ e explorada (salários reais inferiores aos da II República até 1963 e sistema fiscal muito regressivo) e, por outro lado, alguns sectores privilegiados, em especial os terratenentes e os grandes banqueiros, juntamente com os quais se devem ter em conta os pequenos e médios proprietários.

Tão-pouco a burguesia e a classe média espanholas — especialmente os industriais e a classe média urbana — se sentiam satisfeitas com a política económica imprimida pela Falange. A partir da derrota das potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, e uma vez formado um novo governo, maioritariamente de *católicos*, os industriais conseguiram fazer valer as suas ideias. Inclinação ao, e satisfeitos com o, proteccionismo e controle estrito da classe trabalhadora, não prestavam o seu apoio, não obstante, ao rígido intervencionismo estatal, distorçor e paralísante da actividade económica, nem à despreocupação por um fomento decidido da indústria (v. Gunther, 1980, cap. 1).

Finalmente, as pressões indicadas de grupos do bloco dominante, a própria situação económica (estagnação, inflação elevada e fome numa conjuntura internacional de crescimento), as pressões que também desenvolveram os Estados Unidos e o crescente descontentamento social⁹ confluíram sobre

⁷ V. Leeds (1984, pp. 31-33) para uma análise acerca destes elementos negativos implícitos no fomento dos monopólios.

⁸ O *Fuero del Trabajo* espanhol, promulgado em 1938, tinha muitas similaridades com o Estatuto do Trabalho Nacional (v. Maravall, 1978, pp. 47-48, Ellwood, 1978, pp. 267 e segs., e Esteban, 1978, pp. 154-157).

⁹ O primeiro movimento de preocupante agitação sócio-laboral manifestou-se na Catalunha nos começos de 1951. Uma série de greves, entre elas uma greve geral, serviram de marco para a crítica aberta da carestia de vida e dos baixos salários. As greves e protestos estenderam-se a Guipúzcoa e Vizcaya (Abril), assim como a Madrid, no mês de Maio.

o regime de tal maneira que em 1951 se apresentou uma mudança de política económica cujo principal objectivo foi a restauração do mercado livre e a abertura ao exterior da economia nacional. A Espanha tinha carências alimentares, energéticas, de matérias-primas e de maquinaria, mas também carecia do capital necessário para obter tais produtos.

Para impulsionar o processo liberalizador, o governo firmou três acordos de índole económica e militar com os Estados Unidos em 26 de Setembro de 1953 e a Espanha ingressou naqueles organismos internacionais que também poderiam cooperar para o êxito da nova política económica: Nações Unidas (1955), OECE, Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (1958) e GATT (1963). Os convénios de cooperação recomendavam expressamente a estabilidade monetária e financeira, assim como a flexibilização dos controlos dos mercados interno e externo.

Apesar de os primeiros resultados macroeconómicos terem sido satisfatórios, nem os planos acordados foram estritamente cumpridos nem os resultados obtidos os esperados. Os passos liberalizadores foram curtos, repletos de cautelas e de reservas. Pesem embora as reticências do próprio ditador, os tecnocratas liberais ligados ao *Opus Dei*, que formaram um novo governo em Fevereiro de 1957, fizeram-lhe ver a inviabilidade da sua opção económica e a urgência de empreender uma nova, mas decidida, intenção de liberalização «que permitisse ao regime a sua sobrevivência» (Maravall e Santamaría, 1989, p. 188)¹⁰. O Instituto Espanhol de Moeda Estrangeira suspendeu virtualmente os pagamentos externos, e os organismos e governos internacionais ameaçaram com a suspensão de exportações e créditos vitais para a Espanha. Estes condicionaram a sua ajuda ao cumprimento das medidas que eram exigidas pelos relatórios técnicos.

As novas directrizes económicas confluíram no Plan Nacional de Estabilización y Liberalización Económica de Julho de 1959. Foi resolutamente aplicado entre 1959 e 1962. Desenhado pelo governo espanhol em colaboração com a OCDE e o FMI, constava das medidas normais de estabilização e saneamento que estes organismos recomendaram a muitos países naquele período para conter as pressões inflacionistas e recuperar o equilíbrio na balança de pagamentos. Ao mesmo tempo, como ocorreu com Portugal, tratava-se de liberalizar e abrir tanto interna como externamente a economia, quer dizer, de eliminar, ao menos pretensamente, todas as possíveis interferências na correcta (competitiva) alocação dos recursos produtivos da sociedade (v. Fuentes Quintana, 1988, gráfico n.º 1). O regime, ambos os regimes, souberam articular uma nova *ideologia* — neste período, *de-*

¹⁰ Fuentes Quintana afirma, na mesma linha argumentativa, que «[n]essa decisão final desempenhou um papel destacado o sentido de sobrevivência política do Chefe de Estado» (1988, p. 10).

semprevimentista — que não entrava em contradição com os pressupostos fundamentais do Estado autoritário — ao menos não intencionalmente¹¹.

Da política autárquica de industrialização em *Portugal* derivaram *resultados económicos* inferiores aos de qualquer outro país da Europa ocidental. A média anual de crescimento do seu PNB entre 1945 e 1959 foi de 4,5%, a mesma percentagem que entre 1953 e 1957; neste período as percentagens grega e espanhola foram superiores em 1,5 e 2,4 pontos, respectivamente (Machado, 1991, quadro n.º 1.6).

O resultado conjunto dos novos elementos intervenientes a partir de 1960 dinamizaram ainda mais a economia. Quanto às guerras coloniais, acarretaram um aumento da procura de bens de consumo e de equipamento militar por parte do exército, que se traduziu num aumento da produção e dos serviços, tanto na metrópole como nas colónias, o que, por sua vez, exigiu e motivou maior investimento estrangeiro. Este passava de significar menos de 1% do PIB em 1959 para mais de 27% em 1970. O PIB cresceu a uma taxa anual de 6,1% entre 1960 e 1970 e aumentou a 7% de 1970 a 1973 (Baklanoff, 1980, quadro n.º 8.2)¹². Como indica Baklanoff, tendo em conta que a população portuguesa declinou ligeiramente entre 1960 e 1973, o crescimento *per capita* resultou ser ainda mais surpreendente¹³. Em Portugal não só se operava uma expansão económica importante, a maior da história económica do país, mas uma verdadeira e profunda reestruturação do seu sistema produtivo, como o evidenciam tanto a diferente distribuição sectorial da popu-

¹¹ Não obstante a ênfase que Diamantino P. Machado põe nas contradições que o processo de modernização criava no seio do bloco dominante português entre os tradicionalistas (latifundiários e sectores mais inclinados ao estreitamento de relações com as colónias em detrimento do Ocidente) e os progressistas (industriais e financeiros, ocidentalistas), o certo é que o conflito ideológico e de mentalidades não era de interesses. Aqueles não só não se viam ameaçados por reforma agrária alguma que tratasse de resgatar o campo do seu atraso e baixa produtividade, mas tão-pouco viam perigar os seus lucros, mercê tanto do excesso de mão-de-obra barata como das actividades especulativas que praticavam em convívio com os financeiros. De facto, como o próprio Machado indica, «[i]t is important to realize that while originally the political economy model of the reactionary coalition was created and implemented to protect the interests of the latifundists, the hegemonic segment of the coalition, beginning with the 1945 Law of Development and Industrial Reorganization the same model was used to facilitate the expansion of the emerging hegemonic segment, large-scale industrialists and monopolistic groups. Thus all the mechanisms of the original model remained in force to guarantee and facilitate capital accumulation and the exploitation of the Portuguese workers» (1991, p. 14). O argumento pode ser aplicado, nas suas linhas gerais, ao caso espanhol.

¹² Maravall e Santamaría fornecem séries comparativas de interesses. O seu quadro n.º 1 (1989) reflecte o crescimento anual do PNB em termos reais em Portugal, Espanha e outros países europeus nos períodos de 1960 a 1968 e de 1969 a 1973: Portugal, 6,6% e 7,4%; Espanha, 7,5% e 6,8%; Grécia, 7,3% e 8,2%; Itália, 5,7% e 4,6%; França, 5,4% e 5,9%.

¹³ Segundo Murteira, passou de menos de 200 dólares em 1950 a quase 900 em princípios dos anos 70 (1979, p. 332).

lação activa como a diferente composição da produção (v. quadros n.ºs 1 e 2)¹⁴; esta viu-se, mesmo assim, reflectida na composição das exportações, já que cresceram mais os produtos manufacturados (9,8% anual no período de 1960 a 1972), de entre os quais foram mais dinâmicos precisamente aqueles que anteriormente menos contribuíam para as receitas de Portugal devidas à exportação: a metalurgia, a maquinaria e o material de transporte (18,4%), a pasta de papel e o papel (17,5%), o vestuário e o calçado (15,4%) e os produtos químicos (11,7%). A exportação real de mercadorias cresceu a uma taxa média anual de 8,5% entre 1960 e 1972 (Baklanoff, 1980, p. 189).

Também a *Espanha* conheceu durante os anos 50 uma expansão crescente da actividade económica. O PIB cresceu a uma média anual de 5% entre 1951 e 1960. O rendimento *per capita*, a uma taxa de 3,3%. Mas foi durante a década de 60 e primeiro terço dos anos 70 que a magnitude da expansão foi tal que supôs um recorde em termos comparativos com a própria trajectória histórica da economia nacional. Assim, entre 1960 e meados de 1974 alcançou-se uma taxa de crescimento anual do PIB de 7,1%, excepcional não só pelo seu quantitativo, como também pelo período dilatado. O rendimento real *per capita* foi mais de duas vezes superior em 1973 do que em 1960 (Baklanoff, 1980, p. 94)¹⁵. Como em Portugal, a industrialização e a liberalização continuaram a introduzir mudanças profundas na estrutura sectorial da população e da produção (v. quadros n.ºs 1 e 2). A produção industrial e a do sector dos serviços cresciam entre 1960 e 1974 a uma taxa anual de 8,9 e de 7,1, respectivamente, como percentagem do PNB e a do sector primário fazia-o no mesmo período a 3,4% (Baklanoff, 1980, quadro n.º 5.1).

Uma série de *factores económicos conjunturais* do período, à margem da de modo algum desdenhável liberalização, ajudam a compreender o que García Delgado definiu como «recuperação de oportunidades anteriormente perdidas» (1987, p. 177). Entre outros factores (v. Fuentes Quintana, 1988, pp. 12-14) destacam-se: energia barata em termos absolutos e crescentemente barata em termos relativos; favoráveis preços relativos também das matérias-primas e dos alimentos; fácil aquisição, num mercado internacional em expansão, da tecnologia e dos produtos necessários para secundar as mudanças que o próprio crescimento vai impondo nos padrões dominantes da procura; abundantes disponibilidades de mão-de-obra (as duas grandes reservas formadas pela população agrária e pela passiva população feminina, potencialmente activa).

Ora bem: juntamente com estes elementos intervieram outros que, ensombrados ou minimizados na sua importância pelas tão satisfatórias

¹⁴ O PIB cresceu, por sectores e nos períodos de 1960 a 1970 e de 1970 a 1973, a 1,5% e 0,7% (primário), 9,1% e 9,0% (secundário), 5,9% e 7,1% (terciário) (Baklanoff, 1980, quadro n.º 8.2).

¹⁵ Segundo Carr e Fusi, o rendimento *per capita* passou de 300 para 1500 dólares entre 1960 e 1970 (1987, p. 59), menos 20% que o italiano (Pérez Díaz, 1987, p. 75).

macrograndezas e derivados da natureza excludente (restrita) de ambos os regimes, haveriam de jogar um papel decisivo no momento da crise económica de 1973. Tais elementos, ou «fragilidades da estrutura produtiva» (García Delgado, 1987, p. 184), a alguns dos quais me refiro na continuação, fazem com que os cientistas aludam ao processo de crescimento económico com termos como *process of underdevelopment* (Murteira, 1979, p. 334) ou *statistical illusion* (Maxwell, 1976, pp. 254), para o português, e *limited economic modernization* (Maravall, 1991, p. 4), para ambos.

Em primeiro lugar, algumas das razões que favoreciam o investimento, entre as quais podem enumerar-se: (1) o baixo custo da mão-de-obra seria garantia para os investidores estrangeiros e nacionais de uma inflação baixa e de uma competitividade alta dos produtos quanto aos preços; em qualquer caso, as margens de lucro amplas estavam asseguradas pela prática corrente e permitida de «preços administrados» pelo mecanismo do *markup*¹⁶; (2) também com respeito aos trabalhadores, e como já se indicou mais acima, o investimento viu-se incentivado pela garantia institucional e fáctica da estabilidade política e social; (3) a pertença de Portugal à EFTA e as facilidades legalmente dadas à produção favoreceram o investimento de países não membros de tal associação com a finalidade de entrarem nesse mercado, evitando as barreiras aduaneiras; (4) os governos de ambos os regimes aprovaram leis muito permissivas, no caso português, ou eliminaram as restrições vigentes anteriormente a 1959 — caso espanhol —, com respeito à repatriação de capital com destino a investimentos nacionais e sobre a transferência de lucros para fora do país; (5) juntamente com estas medidas facilitadoras e incentivadoras do fluxo de capital privado, também aprovaram isenções ou reduções dos impostos e dos direitos aduaneiros em determinadas indústrias; assim como (6) os créditos oficiais se converteram num instrumento de financiamento industrial muito activo, com repercussão não só sobre os investidores estrangeiros, mas também, e muito particularmente, sobre os nacionais (v. *infra*).

Em segundo lugar, os investidores estrangeiros chegaram a ocupar uma posição dominante em alguns sectores industriais, os mais dinâmicos, da indústria portuguesa¹⁷, um factor adicional que explica como passou a depen-

¹⁶ A mão-de-obra portuguesa, fosse ou não fosse especializada, era três a quatro vezes mais barata do que a dos demais países da Europa ocidental, salvo a da Espanha. A maioria dos autores matizam quando fazem referência aos salários portugueses, dizendo que os seus dados não têm em conta que a maior parte dos trabalhadores nas empresas eram mulheres e que estas podiam ganhar menos de metade dos homens. Apesar dos aumentos salariais em termos reais que tiveram lugar em Espanha (v. *infra*), em 1973 não significavam mais do que 48,5% do salário médio da CEE (Subirats, 1989, p. 127).

¹⁷ Machado recolhe (1991, quadro n.º 1.10) dados fornecidos por Ramiro da Costa, segundo os quais os novos sectores da borracha, derivados do petróleo, maquinaria eléctrica e electrónica e equipamentos de transporte eram controlados em mais de 50% por capital estrangeiro. Imediatamente abaixo desta percentagem ficavam as indústrias químicas (48%), de pasta de papel e de papel (43%) e as metalúrgicas e de maquinaria (38%).

der crescentemente da marcha da economia internacional, tanto mais se tivermos em conta a evolução da produção sectorial como percentagem do PIB (v. *supra*). Em Espanha, não obstante ser importante, a participação estrangeira através de investimentos directos não foi tão alta como em Portugal, se bem que se centrasse também nos subsectores e empresas mais dinâmicos. Por subsectores, os investimentos externos directos acumulados de 1960 a 1975 foram dirigidos principalmente para as indústrias de material de transporte (31,4%), de produtos químicos (18,1%), comerciais (8,4%), de produtos alimentares (6,5%) e de maquinaria eléctrica (5,2%). Por empresas, 50% ou mais do capital social de 117 das 500 maiores, segundo o Ministério da Indústria, pertenciam a estrangeiros (Baklanoff, 1980, quadros n.^{os} 4.1 e 4.2).

Em terceiro lugar, estes sectores mais dinâmicos a que estou a fazer referência caracterizavam-se por serem intensivos em capital, não em mão-de-obra¹⁸. Adicionalmente ao indicado, deve ter-se em conta que esta tecnologia era importada tanto em Portugal como em Espanha. Neste caso, as indústrias químicas, de automóveis, eléctricas e electrónicas e de produtos alimentares realizavam 80% dos pagamentos de tecnologia (Baklanoff, 1980, p. 87). Assim sendo, e como assinalou Maxwell a respeito do processo de industrialização português, «[t]he type of industrial expansion favored by foreign investment during the 1960s [...] was extremely vulnerable both to political change [...] and to changes in the world economic situation» (1976, p. 256). García Delgado e Serrano Sanz sintetizaram-no a respeito da economia espanhola, qualificando-a «de arrastamento» (1990).

Dois factores adicionais são considerados nesta visão de conjunto de algumas razões que, explicativas do crescimento dos anos 60, se tornaram debilidades críticas nos momentos finais da ditadura: a emigração e o turismo. Pesem embora as deploráveis razões de índole tanto política como sobretudo económica que explicam a maciça emigração¹⁹, o certo é que ambos os regimes se viram duplamente beneficiados. Por um lado, evitava-se o subemprego e o desemprego (inferior ou igual a 2% da população activa até 1973)²⁰, um *problema* social, pela possível instabilidade que poderiam gerar, e económico, pelo custo de os empregar (v. Baklanoff, 1980, pp. 185-186, e Machado, 1991, pp. 29-30)²¹. Por outro lado, as remessas dos emigrantes

¹⁸ Em Espanha o emprego cresceu tão-só a uma taxa anual de 0,9% entre 1960 e 1974. Por sectores, o primário fazia-o a um ritmo negativo (-3,5%) e a indústria e os serviços a cerca de 2,4% e 3,8% respectivamente. Em Portugal, a taxa de crescimento para o período de 1960 a 1971 foi de -0,5%; por sectores, -3,5% (primário), 1,5% (secundário) e 1,7% (terciário) (Baklanoff, 1980, quadros n.^{os} 5.1 e 8.3), taxas claramente inferiores às do crescimento da produção (v. *supra*).

¹⁹ Em Portugal deve considerar-se uma razão adicional: a intenção dos portugueses de evitarem o serviço militar obrigatório nas guerras coloniais, contabilizável como *emigração clandestina*.

²⁰ Em termos técnicos, uma situação de pleno emprego.

²¹ Entre 1960 e 1971 a população activa desceu em Portugal a uma taxa anual média de 0,5%, em grande medida, como consequência de níveis de emigração superiores em

convertiam-se numa fonte externa de receitas que asseguravam, juntamente com as receitas do turismo, o *superavit* tanto da balança de transacções correntes como da balança básica a partir de 1965, não obstante o *deficit* estrutural da balança comercial. O banco central português chegou a dispor, em 1973, de 2839 milhões de dólares em reservas ao preço oficial do ouro, cifra que ao seu preço comercial se via triplicada e que equivalia a cerca de vinte e três meses das importações daquele ano. No caso espanhol, o volume das reservas estrangeiras ascendia no final de 1973 a 6799 milhões, quantidade nunca antes entesourada (v. Biescas, 1990, quadro n.º 8).

CRISE ECONÓMICA E CRISE DE REGIME

Depois de aproximadamente década e meia de crescimento excepcional, as economias portuguesa e espanhola sofreram a *crise internacional da energia* de 1973. Ambas se tinham tornado muito sensíveis aos factores externos devido à situação de grande dependência em que se encontravam com respeito ao turismo, às remessas dos trabalhadores emigrantes, ao investimento estrangeiro nas suas diferentes formas e ao comércio externo, tida em conta a inflexibilidade da estrutura de importações. Uma comparação da experiência imediatamente posterior lançará luz sobre as consequências do *shock* da oferta²².

Durante a segunda metade de 1974, a *Espanha* recebeu, depois de algum atraso, todo o impacto da recessão mundial de 1973-1975. A taxa de crescimento do PIB, que tinha chegado a ser de 8,4% em 1973, desceu nos dois anos seguintes para 5,1% e 0,8%. A percentagem de crescimento das impor-

termos absolutos ao crescimento vegetativo da população nesse período. A drenagem de recursos humanos foi tão considerável, incluindo a de trabalhadores especializados, que as autoridades se preocuparam com a sua possível incidência negativa no desenvolvimento do país (v. Baklanoff, 1980, pp. 180-185). De facto, com a perda adicional de mão-de-obra que significava o prolongado serviço militar nas guerras coloniais, a produtividade chegou a ver-se afectada por este motivo.

²² Atendo à subida dos preços do petróleo em 1973. O mercado do petróleo sofreu três crises em princípios dos anos 70: na primeira (Outubro de 1970) os fretes subiram mais de seis vezes o seu valor normal; na segunda (Janeiro de 1971 a Setembro de 1973) os preços de referência elevaram-se de 1,80 a 2,90 dólares; na terceira (Outubro de 1973 a Janeiro de 1974) passaram a 11,65, o que supunha um aumento de mais de quatro vezes. Na reunião dos países árabes pertencentes à OPEP de 16 de Outubro de 1973, a partir da qual ficava aberta a primeira (grande) crise do petróleo, não só se elevaram os preços de referência, mas também se decidiu a redução dos fornecimentos a todos os países e a interrupção para aqueles que se consideravam aliados estreitos de Israel, caso de Portugal. Diante da situação de escassez de oferta, o preço real do barril chegou em algumas ocasiões aos 20 dólares (v., v. g., Muñoz *et al.*, 1975, pp. 17 e segs., García Valverde, 1980, García Viñuela, 1980, e Segura, 1983). Uma vez que não afectou a crise das ditaduras, mas os processos de transição e de consolidação, não considero a segunda grande crise do petróleo, produzida em 1979, quando em cinco meses o preço do barril passou de 12 para 31 dólares.

tações e das exportações de bens e serviços (incluindo o turismo) reduziu-se, respectivamente, de 16,5% e 10,9% (1973) para 4,6% e -2,4% (1974) e para -3,4% e -2,7% (1975). A balança de transacções correntes, que registava um *superavit* de 550 milhões de dólares em 1973, passou a ser deficitária em anos posteriores: -3124 (1974) e -3477 (1975). Tida em conta a rigidez da elasticidade-preço da procura de petróleo bruto a curto prazo, a principal razão está no brusco aumento da factura das importações de petróleo, que elevou o *deficit* da balança comercial de -3503 milhões de dólares para -7044 (1974) e -7279 (1975)²³. Embora a redução da actividade económica noutros países da Europa ocidental tenha afectado tanto as receitas do turismo como as remessas dos emigrantes, a redução inicial destas parcelas não foi dramática: as entradas do turismo mantiveram-se em 1974 e 1975 acima dos 3000 milhões de dólares, superados pela primeira vez em 1973; as remessas privadas contraíram-se de 1404 milhões de dólares em 1973 para 1227 (1974) e 1164 (1975). A taxa de desemprego oficial cresceu continuamente de 2,7% em 1973 para 3,2% em 1974 e 4,7% em 1975 (Banco de Bilbao, 1977, p. 165)²⁴. Os problemas de emprego agravaram-se pelo facto de que a emigração líquida de trabalhadores passou de positiva em 1972 (40 369) para negativa a partir de então: -9073 (1973), -84 473 (1974), -45 455 em 1975 (Baklanoff, 1980, quadros n.ºs 6.1, 6.2 e 6.3).

No *caso português*, os dados disponíveis não lançam luz suficiente a respeito do impacto macroeconómico da crise, já que em parte de 1973 ainda se dá a expansão e em 1974 são úteis tão-só os dados dos primeiros quatro meses²⁵. Assim sendo, terei de ater-me maioritariamente aos comentários analíticos dos autores. Para Campinos, a crise mundial da energia de 1973 contribuiu para agravar a situação económica anteriormente ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 (1982, pp. 163 e segs.; v. Schmitt, 1981). Mas tal situação era crítica por si. Pese embora a expansão apontada mais acima, as guerras coloniais provocaram *deficits* orçamentais e instabilidade económica. Como indica Opello, «even though these were offset by Portugal's

²³ A Espanha tinha passado de uma estrutura de consumo de energia primária, com proeminência do carvão (74,2%), seguido da energia hidroeléctrica (16,7%) e do petróleo (9,1%), em 1950, para uma bem diferente em 1973: carvão, 16,7%; energia hidroeléctrica, incluindo a energia nuclear (menos de 3% do total), 14,2%; petróleo, incluindo o gás natural (menos de 2% do total), 69,1%. Portugal era ainda mais dependente do que a Espanha do petróleo como percentagem do total de energia primária em 1973: 82%, seguido a uma distância enorme pela energia hidroeléctrica (8%), carvão (7%) e outras (3%) (Baklanoff, 1980, quadros n.ºs 6.4 e 9.4). O consumo de petróleo por parte da CEE em percentagem do de energia primária era de 59,3% em 1973 e de 56,6% em 1974; neste ano, o consumo de petróleos e condensados de gás natural da OCDE era também inferior: 51,4% — elaboração própria a partir do Banco de Bilbao (1977, p. 319).

²⁴ Juan Muñoz *et al.* elevam a percentagem de 1974 para 4% (1975, p. 106).

²⁵ Em 1974, o PIB cresceu 3,9% e a produção industrial 2,4%; o investimento e as exportações reduziram-se 37% e 21%, respectivamente (v. Baklanoff, 1980, cap. ix).

vast gold reserve [...], commodity prices (especially that of oil) began to inflate between 10 and 20 percent per annum, which cut deeply into living standards» (1991, p. 80). Faliram muitas pequenas empresas, acentuaram-se as desigualdades económicas, acelerou-se a emigração, etc.²⁶.

Portugal sofreu severa e imediatamente a subida dos preços do petróleo e as suas consequências internacionais²⁷. Reduziram-se as remessas dos emigrantes, a procura de imigrantes por parte da Europa²⁸ e a afluência de turistas; a inflação importada, somada à nacional, fazia prever uma taxa de 35%, aproximadamente, para 1974, de acordo com o comportamento dos primeiros meses do ano (Bruneau, 1984, p. 26).

A crise que a economia espanhola experimentou em 1974-1975 não era como as de 1967 e de 1970, crises conjunturais ou de reajustamento que compensavam (numa fase de auge) a marcha das diferentes variáveis; tratou-se de uma crise profunda, irreversível, que punha fim a uma ampla vaga de prosperidade internacional. O caso português não era diferente. Ambos os regimes enfrentavam uma crise que desvelava e agravava os desequilíbrios estruturais de ambas as economias. Como se verá na continuação, *a crise tornou-se política*.

Já fiz alusão mais acima ao espírito reformista de Marcello Caetano em *Portugal*; propôs-se desde o começo do seu mandato empreender uma «evolução na continuidade». Não se tratava de um processo de «liberalização política» (O'Donnell e Schmitter, 1986), mas de uma «abertura» comparável à empreendida por Arias Navarro em Espanha (*espírito del 12 de febrero*). Pretendeu legitimar o regime — na sua intenção, um «Estado social», face ao salazarista «Estado corporativo» — através da eficiência da política económica e dos gastos sociais. Quis ganhar para ele o apoio dos sectores moderados do regime face aos *ultras*, solidamente estabelecidos nos órgãos máximos de direcção e decisão e singularmente personificados pelo presidente da República, Américo Tomás.

Não obstante as reformas empreendidas, que criaram esperança e expectativas, inclusive de uma verdadeira transição para a democracia para alguns

²⁶ A situação crítica por que passava a economia anteriormente à subida espectacular dos preços do petróleo deve ter-se em conta ao atender à data em que o movimento dos capitais — o posterior MFA — decidiu organizar o golpe de Estado e a redacção de um programa de governo: Dezembro de 1973. Em documentos de reuniões anteriores tinham feito alusão à «situação particularmente grave como a que atravessa a nação» (v. g., a petição de 9 de Setembro de 1973, em Hammond, 1988, p. 67).

²⁷ Devido ao uso que os EUA fizeram da base aérea das Lajes nos Açores para apoiarem Israel na guerra de 1973 (do Yom Kippur), Portugal sentiu, segundo Downs, «the full brunt of the 1973-1974 oil embargo» (1989, p. 15).

²⁸ Em finais de 1973 alguns países, como a França e a antiga RFA, que até então absorviam a maior parte dos imigrantes portugueses, impuseram restrições à imigração. A emigração líquida passava de -119 900 em 1973, excluídos os colonos que voltavam de África, para -70 300 em 1974 (Schmitt, 1981, quadro n.º 1).

sectores, com a reeleição de Américo Tomás em Julho de 1972, os *ultras* travaram o processo e conseguiram, inclusive, rectificar muitas das medidas aprovadas (v., v. g., Opello, 1991, pp. 77-79, Machado, 1991, pp. 38-41 e 138-142, Hammond, 1988, pp. 57-59). Intensificaram, mesmo assim, a repressão e suspenderam as negociações colectivas; depois da flexibilização que Caetano introduzira nas relações laborais, estas voltavam a ser substituídas por um férreo controle governamental.

Como consequência do involucionismo que se sofrera, alguns deputados reformistas renunciaram a continuar nos seus cargos e formaram um grupo de oposição extraparlamentar à volta de personalidades como os futuros primeiros-ministros Francisco Pinto Balsemão e Sá Carneiro, paralelo à organização semilegal dissidente Sociedade para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), um grupo de pressão, também interno ao bloco dominante, fundado em 1970 e constituído por profissionais e pelos tecnocratas progressistas com os quais tinha contado Caetano para formular e aplicar as políticas de liberalização económica apontadas mais acima, muitos dos quais também se demitiram ao verem a impossibilidade de aplicar as medidas que propugnavam para fazer progredir Portugal de maneira tal que, finalmente, pudessem ser aceite no seio da CEE, como ambicionavam.

A indústria portuguesa estava debaixo do controle do Estado e as decisões políticas deste Estado ficavam em grande medida nas mãos dos grupos coloniais, quer dizer, dos monopólios não competitivos que, ao abrigo e com o incentivo da lei, controlavam a economia portuguesa e impunham os seus critérios aos dos políticos e empresários competitivos (Bruneau, 1984, p. 26). Os tecnocratas, e com eles muitos profissionais e empresários, assim como figuras políticas, chegaram à conclusão, de uma forma definitiva em 1972, de que o *Estado Novo* era incapaz por sua natureza de enfrentar o processo de auto-reforma que as debilidades económicas estruturais exigiam²⁹. Daí se segue, se não a sua participação no golpe de Estado de Abril de 1974, o seu apoio tácito ao mesmo (v. Schmitter, 1975, Maxwell, 1982, esp. p. 235, e Machado, 1991, esp. pp. 141-142; cf. Lomax, 1983, pp. 111-112), máxime se se tiver em conta que a crise económica tornou o cometimento de tais reformas inapelável e urgente.

O passo para a democratização, segundo se indicou, ocorreu mediante um golpe de Estado, ao que parece, exclusivamente militar. Quais foram as razões que induziram (ou puderam induzir) um sector do exército português a sentir-se obrigado a tal acção? Neste sentido, e à margem de outras considerações derivadas directa ou indirectamente da situação colonial, que foram muito importantes, estimo que merece consideração a tese de

²⁹ Não considero intencionalmente a análise da importância que, na sua atitude, teve o enorme custo que, em termos tanto humanos como sobretudo económicos, significava a manutenção do império colonial, inclusive a expensas de mais de uma década de guerras.

Hammond, para quem o golpe não era senão «a necessity imposed on them by the failings of civilian politicians» (1988, p. 53), segundo a qual:

[t]he officer corps was no longer tied to the oligarchy. By origin and current position, its members were identified with the modernizing nonmonopoly bourgeoisie, both its technocratic and its capitalist segments.

The lasting accomplishments of the Portuguese revolution were to establish liberal democracy and strengthen the state sector within a framework which remained capitalist. These transformations served the class interests of the military and the civilian nonmonopoly bourgeoisie at the expense of the landowning and monopolistic oligarchy [1988, pp. 69-70]³⁰.

Não se tratava só de dar um passo decidido para a mudança de regime face ao continuismo, mas, mais além, contra o involucionismo³¹. Como se indicará mais abaixo, adicionalmente às reformas estruturais, deve considerar-se como razão para o golpe pró-democracia a desordem social a que conduzia a crescente conflitualidade operária e que o regime era incapaz de evitar.

Também em *Espanha* aparecia o rígido proteccionismo e intervencionismo estatal como o principal factor autóctone explicativo de desequilíbrios que havia que corrigir se se quisesse modernizar e racionalizar — *ocidentalizar* — realmente a economia. A liberalização empreendida em 1959 foi sofrendo cortes na sua amplitude e objectivos com os três *planes de desarrollo* concebidos e aplicados a partir de 1964. Como ocorreu em Portugal, primaram os velhos interesses económicos do «capitalismo corporativo» (Fuentes Quintana, 1980 e 1988); em termos políticos, a não se ter travado o processo liberalizador, ter-se-ia dado lugar a reformas estruturais de aspectos que definiam a natureza *inalterável* do regime, quer dizer, reformas que não estavam no que Gunther denominou *zone of indifference* (1980; v. García Delgado, 1987, esp. pp. 178-180): reformas dos sistemas financeiro, fiscal e do mercado de trabalho, para além daquelas outras liberalizadoras da produção industrial e agrícola e da sua comercialização.

Em meados de 1973 o Banco de Espanha, o Instituto de Estudos Fiscais e a OCDE publicaram os respectivos estudos sobre a economia espanhola;

³⁰ No seu Programa o MFA propunha-se, nas «Medidas imediatas», adoptar as que conduzissem ao «combate eficaz contra a corrupção e a especulação» e afirmava, nas «Medidas a curto prazo», que «a nova política económica [...] terá como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que implicará uma estratégia anti-monopolista». Certamente, ele não valida nem permite nenhuma análise contundente em termos de estratégias de classe como desencadeantes da transição, mas alerta-nos a respeito de coincidências entre interesses de diferentes sectores sociais e instituições do regime.

³¹ Em Dezembro de 1973 abortou um golpe de Estado planeado por um grupo de oficiais de alta patente de extrema-direita.

os três coincidiram na necessidade de dar um novo impulso liberalizador, de iniciar um novo processo de desmantelamento, tanto interno como externo, de rigidezes e intervencionismos, inflacionistas³². Reduziram-se levemente os direitos aduaneiros em algumas parcelas, suspenderam-se temporariamente os de outras e ampliou-se o regime de comércio livre para certos produtos industriais. Como indicam García Delgado e Serrano Sanz, «aí acabou o impulso liberalizador» (1990, p. 7).

O sistema financeiro coadjuvava a distorção do funcionamento da economia através de uma alocação ineficiente do aforro interno tanto para o sector público como para o privado. À existência de limites quantitativos ao crescimento do crédito e de períodos de escassez de financiamento deve acrescentar-se a existência de numerosos coeficientes de aquisição obrigatória de activos e uma complexa rede de canais privilegiados de crédito oficial³³, criada mediante disposições legais que não atendiam a considerações de estrita rendibilidade dos projectos de investimento, mas ao *clientelismo* e *amiguismo* que caracterizavam o funcionamento do regime³⁴. Reiteradamente fizeram-se propostas de reforma destes e de outros aspectos do rígido sistema financeiro mesmo a partir de dentro da administração do Estado ditatorial (v. III Plan..., 1971, p. 82), mas todas elas foram recusadas por atentarem contra a situação privilegiada dos *vencedores da Cruzada*.

A crise económica chegou mesmo assim sem se ter resolvido o gravíssimo problema de modernizar o sistema fiscal. Os impostos eram fácil mas não equitativamente evadidos, eram profundamente injustos na sua distribuição e dificilmente inteligíveis pela sua complexidade, para além de não serem úteis para fazerem da política fiscal um instrumento ao serviço da estabilidade, do desenvolvimento económico, nem da distribuição mais equitativa do rendimento produzido.

Em consequência, o sector público era pequeno e ineficiente para promover o desenvolvimento para lá do mero crescimento. Mas respondia às características excludentes do regime, que tinha aspirado a manter controlada a inflação também através de um orçamento equilibrado segundo o modelo do *revenue budgeting* (v. Gunther, 1980, pp. 51 e segs.) e de um gasto público suficientemente baixo, bem como para que não houvesse lugar para uma política

³² Como indicara o professor Fernández Díaz em 1979, «[a]inda que o ritmo de crescimento da inflação, já alto no começo da década actual, se acentue de maneira notável no ano de 1973, não seria acertado atribuir de forma exclusiva a responsabilidade do mesmo à crise energética e das matérias-primas. Isso equivaleria a desconhecer ou negar o acusado impacto que exercem os desajustamentos e defeitos estruturais no processo inflacionista espanhol» (1982, p. 9).

³³ Tipos de interesses regulamentados, fixos e baixos.

³⁴ Gunther põe em relevo que o que diferencia o regime franquista (enquanto modelo de autoritarismo corporativista, como o português) de outros sistemas políticos não era a presença de fontes de influência clientelares e personalistas sobre a política do regime, mas a ausência de outras fontes (1980, p. 270).

redistributiva de gastos sociais. A intervenção, segundo ficou manifesto, limitava-se, ainda que muito activamente, ao fomento da iniciativa privada.

Certamente, durante as últimas duas décadas do regime franquista alterou-se a composição percentual do orçamento, de tal maneira que, se nos capítulos da defesa e da justiça e polícia se gastava percentualmente menos na primeira metade dos anos 70 do que em 1953, em educação, assistência social, habitação e pagamentos de transferências directas as percentagens tinham ascendido consideravelmente (v. Gunther, 1980, quadro n.º 4)³⁵. Ora bem: em princípios dos anos 70 o sector público espanhol era ainda o mais pequeno da Europa, com um orçamento que significava em 1971 20,0% do PNB — incluídas as receitas da segurança social (8,0% do PNB) —, 1,8 pontos percentuais menos do que Portugal, cujas receitas da segurança social abrangiam 5,5% do seu PNB (id., *ibid.*, quadro n.º 2). Em 1975, os gastos sociais (9,9%) eram inferiores em 14,1 pontos à média comunitária em percentagem do PIB; mesmo assim, só 4% dos gastos com a segurança social eram financiados com impostos, 22 pontos percentuais menos do que na Itália e na França (Maravall, 1991, p. 7). Se atendermos ao seguro de desemprego, em Junho de 1974 só beneficiavam dele 50,2% dos desempregados *estimados*, não os *reais*, e somente cobria — durante seis meses — 75% da quotização, quer dizer, entre 30% e 55% das receitas reais (Mochón *et al.*, 1988, quadro A.3.5); esta não era senão mais uma manifestação da desatenção que o regime vinha prestando às necessidades sociais existentes.

O importante da existência de tais debilidades estruturais não é a mera constatação das mesmas, mas, a respeito concretamente das fiscais: (a) que houvesse grupos *intra-regime* conscientes das mesmas e desejosos da sua solução; (b) as consequências negativas para o regime em termos dos apoios sociais passivos que não conseguia da parte de quem não usufruía das prestações e do bem-estar que a falta de liberdades pudesse fazer-lhes sentir (v. *infra*).

Grupos da administração situados em posições tão elevadas como o próprio Ministério da Economia apresentaram também uma reforma profunda do sistema fiscal, especialmente a partir do momento em que a pasta ficasse nas mãos do economista keynesiano Alberto Monreal Luque (1969-1973), cuja equipa participava das mesmas ideias. A reforma era, segundo constava do texto do próprio III Plan de Desarrollo Económico y Social. 1972-1975, «condição indispensável para o crescimento futuro» (1971, p. 83). Segundo Gunther, a única razão válida explicativa da manutenção tanto de um sistema fiscal tão regressivo e ineficaz como de um sector público consequentemente tão pequeno era de índole política

³⁵ Víctor Pérez Díaz comparou tal transformação com a estratégia de incorporar as classes subordinadas nos países ocidentais nos seus sistemas político e económico no pós-guerra mediante a construção do *welfare state*, ainda que, enquanto esta havia ficado ligada a um projecto de enraizamento da democracia liberal, aquela, tardiamente, havia aspirado a assegurar a lealdade do país a um regime autoritário (1987, p. 103).

ou institucional, quer dizer, derivada da natureza restrita do regime. Directa e indirectamente, Franco e Carrero Blanco impediram que tal reforma, como as outras apresentadas, tivesse lugar; atentava, atentavam, contra os apoios do regime, contra os *powerful* de Haggard (v. Gunther, 1980, cap. 3).

Em terceiro e último lugar, o intervencionismo regulador era tão restritivo no mercado de trabalho como nos de bens³⁶ e de capital, dados os fortes travões legais e económicos ao despedimento e as modalidades de contratação pouco flexíveis. Os empresários vinham exigindo a sua flexibilização durante os anos 60 e primeiros anos 70, ainda que a segurança dos lucros os tornasse conformistas com o regime.

A crise económica tornava o empreendimento desta e das outras reformas, em Espanha como em Portugal, inapelável e urgente. Por conseguinte, não eram as únicas: ambos os países deviam, por exemplo, procurar uma estrutura de importações mais flexíveis e uma balança comercial mais equilibrada, assim como devia proceder-se a uma reconversão do tecido industrial que se baseasse menos em indústrias pouco competitivas, como a têxtil, a siderurgia e a construção naval, e que fosse capaz de satisfazer a procura agregada nacional de produtos manufacturados e, definitivamente, de resolver as debilidades estruturais de ambas as economias, apresentadas em todo este artigo. Mas eram estas, as dos sistemas financeiro e fiscal e a do mercado de trabalho, assim como o aprofundamento da abertura ao exterior, as que a crise tornava imediatamente iniludíveis.

O regime salazarista, no juízo não só de Bruneau, «was too archaic, too disconnected, and inflexible to be able to respond to changes in the environment» (1984, p. 26). Quanto ao franquista, que sirva García Delgado de crítico da «reduzida agilidade adaptativa da economia espanhola pelas maiores doses de intervencionismo herdado»; «politicamente», afirma, «o último franquismo não é mais do que uma importante testemunha da sua própria desordem» (1987, p. 185). Da mesma forma que ambas as transições seriam políticas, também haveriam de significar uma reforma das instituições económicas que substituísse a «especial viscosidade», a «especialmente acusada rigidez

³⁶ Não só se tratava de contingentação fixa das importações, mas da utilização de uma pauta aduaneira muito elevada, que continuava a reservar o mercado interno para numerosos produtos, e, sobretudo, de uma complexa política de preços regulados em diferente grau destinada a beneficiar as culturas cerealíferas mais tradicionais e que impedia que os preços industriais reflectissem os custos reais de produção, com a consequente deslocação do mercado e derrapagem em termos de subvenções de difícil justificação. Também no III Plano de Desenvolvimento se faz constar a necessidade de enfrentar reformas substanciais nestes âmbitos e se afirma, a respeito das consequências imediatas que derivariam a curto prazo da sua aplicação, que «incidirá desfavoravelmente sobre a situação de alguns sectores produtivos, mas também é certo que, para além de fomentar a concorrência e sanear, portanto, a estrutura geral de custos, hoje relativamente elevados, permitirá a ampliação dos mercados para muitos sectores que desfrutaram de vantagens comparativas e que poderiam assim beneficiar das economias de escala» (1971, p. 142).

da economia espanhola [e portuguesa] para se adaptar à crise» (García Delgado, 1983, p. 113).

Uma das razões que se invocam como agravantes da crise em Espanha, concretamente do aumento da inflação e do desemprego, é a do crescimento dos salários reais, pese embora a queda do rendimento real. Não obstante a variedade de intervenções administrativas politicamente factíveis, o regime franquista foi incapaz de conter as exigências dos trabalhadores no princípio dos anos 70, tal como o havia sido durante os anos 60. Na realidade, e como ocorria com a rigidez do mercado laboral, sinónimo de estabilidade e segurança do trabalho, com o crescimento dos salários, o regime aspirava a compensar a falta de liberdade sindical e a negação dos instrumentos habituais da acção operária.

Tal actuação política havia sido possível anteriormente à crise mercê dos «preços administrativos» e, por conseguinte, da expansão geral e surpreendente da economia. Pese embora ser negativo para a criação de emprego — tendo em conta, entre outras possíveis razões aduzíveis, as características do sistema produtivo que tinha vindo a modernizar a economia até ao momento da crise (de capital intensivo) —, as taxas de crescimento do PIB e a *válvula de escape* da emigração tinham impedido que a situação não fosse de pleno emprego, segundo se indicou anteriormente (v. Fuentes Quintana, 1988, pp. 20-22).

Ora bem: a redução das taxas de crescimento do PIB a partir de 1974 e o saldo líquido negativo da emigração já em 1973, num contexto cada vez mais longínquo do pleno emprego, tornavam economicamente desaconselháveis as subidas salariais nominais superiores à inflação prevista. Politicamente, não obstante, a moderação salarial não era recomendável para um regime incapaz de a impor por outros meios que não os repressivos, tanto físicos como legais³⁷. A política de rendimentos aplicada no começo da crise (taxa de crescimento salarial = taxa de inflação passada + 2/3 pontos) equivalia a consolidar e a ampliar os efeitos da inflação histórica, sobrevalorizando os salários e levando a sua pressão aos custos. O aumento das contribuições para

³⁷ Noutra ordem de coisas, mas formando parte do argumento geral, baseado na debilidade do regime como causa conducente à mudança do mesmo por aqueles que tinham vindo a beneficiar dele até então, durante os governos franquista e monárquico de Arias Navarro apenas se esboçou uma política económica orientada para abordar ou, simplesmente, conter os problemas da economia. Pelo contrário, as autoridades económicas praticaram subvenções ao consumo e reduções impositivas, assim como se abstiveram inicialmente de repercutir os custos mais altos do petróleo sobre os preços internos da energia a expensas das reservas internacionais. Com tal política *compensatória*, única praticada na Europa, pretendeu-se travar, sem êxito, tanto a contracção da procura e da actividade como evitar — também sem êxito — a instabilidade social a que conduziria o aumento do desemprego e o deteriorar ainda maior da capacidade aquisitiva por parte dos trabalhadores. A política *restritiva* que começou a aplicar-se em 1975 foi abandonada e substituída por atitudes permissivas. O regime, agonizante, tratava de ganhar tempo político, fugindo para a frente (Fuentes Quintana, 1988, p. 34).

a segurança social exigido aos empresários encareceu ainda mais o custo real do trabalho, que crescia, segundo a contabilidade nacional, em 30% entre 1972 e 1977³⁸. Ambos os factores, o crescimento dos salários reais e o das quotizações para a segurança social, fizeram diminuir de forma considerável os lucros dos empresários, que tinham cada vez menos razões para ser favoráveis à continuidade sem mudanças da ditadura. Impunha-se-lhes, portanto, a mudança de regime.

Em Portugal a inflação duplicava e chegava em 1973 a 11% (Schmitt, 1981). A taxa ascendia a 30% nos primeiros meses de 1974, quase 200% maior do que a inflação média no país na década de 60 e também muito superior à das outras nações europeias, Espanha incluída³⁹. Ainda que a inflação tivesse disparado em grande medida pela liberalização parcial de remunerações aplicada por Caetano a partir de 1968, a inflação de 30% não foi acompanhada por aumentos de grandeza similar nos soldos e salários dos sectores laborais. Às manifestações crescentes de descontentamento e de protesto Caetano respondeu com a repressão, mas as informações dos organismos de segurança advertiram-no para uma escalada das desordens, e Caetano preferiu ceder às pressões laborais mediante mudanças de ministros da área económica e projectos de aumentos gerais de remunerações, assim como voltou às práticas sindicais corporativistas, segundo apontei anteriormente. Assim também tão-pouco o *Estado Novo* era capaz de garantir quer a inflação, quer os salários moderados.

Ambos os regimes se mostravam não só *incapazes*⁴⁰ de enfrentar as reformas estruturais e de assegurar a moderação salarial para garantirem a

³⁸ Fernández Ordóñez matiza como, sendo inquestionável a elevação dos salários reais no período indicado, os dados variam segundo as fontes. Neste sentido, Fernández Díaz adverte que as cifras se vêem falsamente elevadas ao não descontar o número de horas perdidas de trabalho (1982), o qual não impedia que o aumento dos salários — superior ao do rendimento nacional e dos salários — fosse o mais elevado de todos os países da OCDE (v. Malo de Molina, 1985, esp. pp. 218-220).

³⁹ O índice do custo de vida em Espanha em percentagem do aumento sobre Dezembro do ano anterior foi de 7,3% (1972), 14,2% (1973), 17,8% (1974) e 14,1% em 1975 (Banco de Bilbao, 1977, pp. 162).

⁴⁰ Ao utilizar tal termo aludo à existência de intenções de reforma *a partir de dentro*. Evidentemente, se se considera a restrição sistemática e intencional das acções e decisões últimas de ambos os regimes enquanto regimes ditatoriais (Gunther, 1980, esp. p. 270), não era sinal de incapacidade ou debilidade que tais reformas não se realizassem, mas de falta de vontade. Neste sentido, ainda que possa afirmar-se que ambos os regimes haviam demonstrado uma flexibilidade e abertura à mudança tão grande como a maioria dos Estados ocidentais, como afirmara Anderson (1977, p. 233), não é menos verdade que as mudanças liberalizadoras introduzidas na política económica não eram senão «an incremental step along a course compatible with the intentions and values of the regime» (id., *ibid.*, p. 236). O passo que significariam as reformas estruturais que agora se apresentavam, não obstante, não era compatível com as intenções ou com os valores autoritários.

estabilidade e prosperidade económica com que tinham pretendido legitimá-las. A crise económica tinha avivado igualmente a *desordem* e a *instabilidade* social, que já vinham provocando anteriormente as acções colectivas de massas, basicamente o movimento operário. Pese embora a expansão da economia e, inclusive, dos salários reais, o crescimento promovido permitia injustiças e desigualdades sociais, do que derivava, em última instância, frustração, descontentamento e protesto. Quando as desigualdades e carências em termos de bem-estar material não são sanadas, mas inclusive provocadas pelo regime autoritário, como ocorria nos casos que nos ocupam, as exigências tornam-se políticas e a democratização aparece aos olhos dos *frustrados* e *descontentes* como o passo prévio e único viável para alcançar o bem-estar desejado. A conflitualidade social, particularmente operária, viu-se avivada por motivo da crise económica.

Carentes de canais de representação e defesa dos seus interesses, os trabalhadores de ambos os países protagonizaram uma escalada de greves, manifestações, encerramentos de empresas, etc.⁴¹, que fez pensar muitos empresários e outros grupos antes afins e beneficiários do regime que este era dispensável, que, se se perpetuasse mais do que o necessário, acentuaria o risco da polarização social e de uma reacção popular violenta de consequências imprevisíveis e inquietantes (v. O'Donnell e Schmitter, 1986). Em Janeiro de 1976 podia ler-se num diário local espanhol por motivo do que intitulava «Crescente agitação laboral»:

O governo tem diante de si a urgência do desafio social. Um desafio que não admite demoras e que pode hipotecar todo o desenvolvimento político pendente. Se os regulamentos actuais e os limites do terreno de jogo não servem, há que mudá-los; de outra maneira, impor-se-á a lei do mais forte. O perigo é demasiado evidente para lhe passar por cima⁴².

⁴¹ V. Pires (1974-1975?), Lima (1976), Santos *et al.* (1976), Rodrigues (1981), Hammond (1981 e 1988) e Logan (1983). Sobre a conflitualidade laboral em Portugal, pode consultar-se, mesmo assim, uma grande quantidade de excelentes artigos publicados na revista *Análise Social*, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre as análises efectuadas sobre o movimento operário espanhol destacam-se pela sua qualidade e contribuição académica: Almendros Morcillo *et al.* (1978), Ibarra Güell (1987) Forewaker (1987 e 1989), Balfour (1989), Fishman (1990a), Maravall (1978 e 1985), Redero San Román (1992), Ruiz (1993), Redero San Román e Pérez Delgado (1994).

⁴² *Sur*, Málaga, 11 de Janeiro de 1976, p. 35. Na mesma linha manifestaram-se colectivos de empresários em repetidas ocasiões; incidiam no seu apoio decidido e firme à representação legítima dos interesses dos trabalhadores e eles mesmos organizavam-se à margem do sindicalismo oficial. Bastam algumas referências de notícias jornalísticas onde pode encontrar-se prova de tais manifestações: *Sur*, 4 de Maio de 1976, p. 32, e 19 de Março de 1977, p. 28; *El País*, 12 de Maio, p. 33, 29 de Agosto, p. 40, e 26 de Novembro de 1976, p. 43, e, em 1977, 19 de Fevereiro, p. 37.

Ambas as ditaduras foram *incapazes*, pois, de «consolidar e melhorar os avanços sociais para que todos os espanhóis [e portugueses] pudessem desenvolver a sua vida num marco de mais estreita *solidariedade*» e de garantir «a manutenção da *paz social*, com tanto esforço lavrada nos últimos três decénios», segundo se aspirava a conseguir — ao menos pretensamente — com o III Plano de Desenvolvimento (III Plan..., 1971, p. 34, *itálico nosso*), cujo espírito não era substancialmente diferente do que animara o grupo SEDES no seu labor governamental. Desta forma, podia ser uma «ironia», como assinala Pérez Díaz (1980, p. 55), mas não algo carente de sentido, que os operários espanhóis, como os portugueses, tivessem alcançado a institucionalização dos mecanismos de audição mais importantes quase no preciso momento em que corriam o risco de perder, ou de ver cortadas, partes significativas dos «acordos substantivos» que os regimes autoritários lhes garantiram em troca da sua aquiescência.

EM JEITO DE REFLEXÃO FINAL

As medidas de estabilização e de ajustamento eram a condição *sine qua non* para sair da crise económica e para o fazer em condições competitivas comparáveis às do resto dos países industrializados ocidentais — e, mais concretamente, às da CEE, na qual queriam que ingressassem a Espanha e Portugal os que, tácita ou explicitamente, tinham sido e eram promotores *intramuros*⁴³ da transição política. A gravidade da crise suscitava temor nestes sectores, não tanto, ou não só pelos seus efeitos imediatos, mas mais ainda pela agudização dos desequilíbrios económicos e sociais a que conduziria a inacção.

A democratização não se explica melhor atendendo às actividades dos sectores *intramuros* que aspiram a aplicar medidas de ajustamento e a garantir paralelamente a estabilidade política. Deve ser explicada neste sentido, mas de modo algum como razão única e determinante. Tais sectores manobram em função de uma conjuntura e em resposta a pressões. A crise económica pôs em evidência a inviabilidade da ditadura e os riscos de a sustentar sobre a base de um único apoio, repressivo.

⁴³ Ao utilizar o termo *intramuros* ou *intra-regime* apago a possível diferenciação entre «regime» e «Estado». Divirjo neste sentido de Robert M. Fishman quando afirma que, enquanto o exército português deve ser considerado um *state actor*, Suárez actuou como um *regime actor*, uma diferença básica, em seu entender, para explicar o diferente carácter das transições portuguesa e espanhola. Na minha opinião é mais válida a sua argumentação para o processo grego, e, assim, poderia afirmar-se que tanto o MFA como Suárez, por personalizar, só «when removing [themselves] [...] from power [...] acted more as an institution of the state than of the regime» (1990, p. 431).

A aplicação das medidas económicas deparava-se, por um lado, com as rigidezes inamovíveis do regime⁴⁴ e, por outro lado, com as reticências dos sectores que mais se veriam afectados pelos custos sociais que acarretariam a curto prazo tais medidas. Reprimir estes para garantir o «isolamento» fortaleceria tão-só os primeiros; mas a instabilidade podia agravar-se se se radicalizassem as exigências e as acções de protesto até ao ponto de pôr em perigo, não o regime político vigente, mas a ordem sócio-económica de que desfrutavam os promotores das reformas e da moderação salarial. Fuentes Quintana afirmava em 1979 que, «enquanto o pagamento destas hipotecas não for admitido pela sociedade espanhola, esta não enfrentará com responsabilidade e com realismo os problemas da crise» (1980, p. 113). Dificilmente podia exigir-se responsabilidade a quem, em Espanha como em Portugal, não se garantia nem bem-estar material nem representatividade e defesa dos seus interesses, a quem não via como legítimo o regime ao qual isso se exigia⁴⁵.

Impõe-se, pois, a tese de Evans à de Haggard, apresentadas no começo do artigo. Do meu ponto de vista, a democratização tornava-se um instrumento útil para enfrentar a crise, mas também para se empreender a definitiva modernização de ambas as economias, isto é, um instrumento graças ao qual os *soft-liners*, e com eles os *privileged sectors* (O'Donnell e Schmitter, 1986), pensavam que poderiam empreender-se as reformas de estabilização e ajustamento sem que nem os *powerful* de Haggard impedissem ou restringissem a seu favor a política económica nem as pressões vindas de baixo atentassem contra o «isolamento» da equipa de governo, já que esta seria substituída pela *embedded autonomy* de Peter Evans, que significava participação, negociação e consentimento, não imposição (v. Foweraker, 1989, pp. 235-238)⁴⁶.

⁴⁴ De acordo com o *institutional approach*, tais rigidezes traduziam-se na não-disponibilidade dos instrumentos necessários para enfrentar a crise.

⁴⁵ Também por motivo da aplicação do Plan de Estabilización de 1959 previram-se os custos da reforma, como de facto ocorreu. Não obstante, o regime franquista esteve então em condições de aplicar as medidas e de enfrentar as suas consequências políticas, não assim nos anos 70, quando o Estado parecia *débil*, de acordo com o modelo de análise institucional. Neste sentido, ainda que a respeito do caso português, creio que tão importante é observar no Programa do MFA uma atitude antimonopolista como a sua posição a favor: (a) da liberdade sindical (medida B.5.a: institucionalizaria o conflito mediante instrumentos de diálogo e acordo para o canalizar pacificamente); (b) de uma «nova economia política posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população mais desfavorecidas» (medida B.6), e de uma «nova política social, que em todos os campos terá essencialmente como fim a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o crescimento progressivo mais acelerado da qualidade de vida de todos os portugueses» (medida B.7: procurava a legitimação processual).

⁴⁶ Evidentemente, a análise que realizou é simplista ou parcial. A sua validade não obsta a que seja insuficiente se pretender explicar todas e cada uma das razões que induziram políticos, empresários e profissionais, as classes médias e médias altas, em geral, a favorecerem ou a não dificultarem a democratização. Assim, estou consciente de que não considerei

Como assinalou Haggard, ainda que, em geral — e em particular nos casos que nos ocupam —, «[b]usiness may be attracted to authoritarian solutions in countries where they see strong threats from labor or the left to their economic viability or basic property rights», também podem «accept or even support democratic forces where the threat from the left has been ameliorated, where continued authoritarian rule is itself the cause of political instability and uncertainty, or where democracy would allow greater business access to decision making and limit unwanted state intervention» (1990, p. 258). Tais considerações, que incidem no carácter estratégico ou instrumental da saída democratizadora para a crise, não são exclusivas do empresariado, mas tornam-se extensivas ao conjunto de grupos e pessoas *intramuros* que favoreciam ou não dificultavam a democratização (v. O'Donnell e Schmitter, 1986, esp. pp. 15 e segs. e p. 74, nota 1, e Maravall e Santamaría, 1989, p. 186).

Em meu entender, nas transições que em ambos os países tiveram lugar podem detectar-se elementos ratificadores das hipóteses desenvolvidas. A segunda parte das conclusões atende, ainda que superficialmente, a tais elementos.

O MFA escolheu o general António de Spínola para dirigir o golpe militar e para desempenhar a presidência da junta de governo de Portugal. As suas ideias e objectivos em matéria económica ficaram plasmados no Programa Social e Económico, reformista e moderado, que se publicou no dia 15 de Maio de 1974 (Decreto-Lei n.º 203/74). O ponto *e*) estabelecia a «adopção de novas medidas de intervenção governamental nos sectores básicos da economia e particularmente nos sectores de interesse nacional. Sem prejuízo dos interesses legítimos da iniciativa privada»; o ponto *m*) era a favor de «uma reforma do sistema tributário para o racionalizar e reduzir a carga fiscal que pesa sobre os grupos de menor riqueza, dirigindo-o para uma distribuição mais justa do rendimento»; o ponto *a*), dentro da esfera da política social, promovia a introdução de «um salário mínimo, que se estenderia progressivamente a todos os sectores da economia»⁴⁷. Não obstante, os primeiros governos provisórios foram incapazes de aplicar as políticas de austeridade e contenção que propugnavam contra a crise. As acções maciças do movimento operário, exigindo salários maiores, melhores condições de trabalho e uma redução dos horários de trabalho, fundamentalmente, eram cada vez mais numerosas, e a Intersindical foi incapaz de conseguir a desmobilização, que promovia, como organização sindical do PCP, no governo (v., v. g., Logan, 1983, pp. 143-145, Lomax, 1983, pp. 114-118, e Hammond, 1988, pp. 79-83).

um elemento tão importante como a mudança *ocidentalizante* de valores e atitudes culturais e políticas a que a expansão e liberalização económicas tinham dado lugar, mas entendo que tal carência não labora em detrimento da minha análise, já que o tema não está directamente relacionado com a repercussão da crise económica na mudança de regime.

⁴⁷ *OECD Economic Surveys: Portugal*, Paris, 1974, pp. 33-34, in Baklanoff (1980, p. 220; v. Makler, 1983, pp. 251-252).

Durante o processo revolucionário vivido em Portugal a partir da demissão de Spínola, em Setembro de 1974, intentaram-se, ao mesmo tempo, as árduas tarefas de estabelecer uma democracia política e de reformar a economia mais além do capitalismo. A partir do 25 de Novembro de 1975, não obstante, os governos agiram em grande medida no sentido de retomarem a actuação em política económica intentada pelo primeiro presidente, ainda que não constitucional, da nova democracia representativa. O programa de estabilização e ajustamento face à crise e para a modernização da economia portuguesa aplicou-se de acordo com as directrizes e a ajuda técnica e económica do FMI. Ainda que tenha sido só no dia 28 de Março de 1977 que o governo português solicitou oficialmente a sua adesão à CEE — uns meses antes da Espanha —, desde Junho de 1974 que as relações eram de apoio político e ajuda económica, quer dizer, aprofundavam-se as relações iniciadas pelo governo de Caetano em 1972, quando este assinou um acordo de livre comércio com a CEE (v., v. g., Schmitt, 1981, Mateus, 1983, pp. 146 e segs., Opello, 1991, pp. 133 e segs., e Maravall, 1991, pp. 22-24).

Face ao ocorrido em Portugal, em *Espanha* as preocupações centrais das autoridades no período da transição não foram económicas, mas políticas, ao menos a julgar pelo desenvolvimento dos acontecimentos e pela sequência das decisões. É minha opinião que isso não contradiz de modo algum a tese desenvolvida, mas que, pelo contrário, a ratifica. Como assinala Rojo, falar da evolução da economia neste período é falar «das limitações impostas ao tratamento dos problemas pelas circunstâncias da transição política e pela interpretação que a classe política fez das exigências dessa transição e da sua consolidação para a política económica» (1987, p. 190). Em Espanha, as autoridades económicas entenderam que só quando se tivesse confiança na veracidade das mudanças políticas em marcha e prometidas poderia empreender-se a disciplina na economia, uma vez que se neutralizava em grande medida a possibilidade de que os custos sociais e económicos da reforma se tornassem custos políticos que atentassem contra a democracia nascente⁴⁸.

Tão-pouco sob o primeiro governo de Suárez se abordaram as medidas de estabilização e ajustamento que a situação económica exigia. Pelo contrário, o aumento dos salários acelerou-se num clima social agitado. Ao aproximarem-se as primeiras eleições gerais, a inflação alcançava uma taxa anual de 26%, os salários brutos por hora de trabalho nas manufacturas cresciam a uma taxa anual de 30% em termos nominais, o desequilíbrio externo era muito forte e a taxa de desemprego aproximava-se de 6% da população activa.

⁴⁸ Neste sentido, Rojo afirma que «[d]esde a morte de Franco até ao mês de Julho de 1977 houve um grande temor das consequências que, para o difícil processo de transição política, pudesse ter a intenção de introduzir algum grau de disciplina na economia» (1987, p. 199).

A correcção dos desequilíbrios não se empreendeu até à eleição de um novo governo, pela primeira vez desde a II República, nas eleições gerais de Junho de 1977, quando a maioria dos países industrializados começavam a experimentar uma recuperação transitória entre as duas crises do petróleo. Foi então que o governo começou a atacar os problemas acumulados — ainda que não de uma forma decidida — mediante uma desvalorização importante da peseta, apoiada num processo de restrição monetária, e mediante um acordo com as diferentes forças políticas e, através delas, com as organizações sindicais e patronais para quebrar o processo de crescimento dos salários e da inflação: os *pactos de la Moncloa* (Outubro de 1977), um plano clássico de estabilização que contemplava também reformas estruturais, mas não só isso; como especificou José Maria Maravall, os *pactos* foram também «an implicit agreement about the market economy» (1991, p. 27)⁴⁹. Depois deles seriam assinados o Acuerdo Marco Interconfederal (1979) e o Acuerdo Nacional sobre el Empleo (1981).

Dava-se, assim, início a uma política que, nos anos seguintes, iria apoiar-se em dois critérios básicos e inter-relacionados: o desejo de forçar os ajustamentos de um modo gradual, de maneira que os seus custos pudessem diluir-se no tempo, e o desejo de conseguir um consenso social que facilitasse o avanço das adaptações necessárias. Como assinalou Fuentes Quintana, desta maneira «reconhecia-se que o principal problema político espanhol era económico e, ao mesmo tempo, que a principal solução para os problemas económicos estava no consenso e no pacto políticos» (1990, p. 28).

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Estrutura da força laboral (em percentagem da população activa)

[QUADRO N.º 1]

Sectores	1950		1960		1970		1973	
	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha
Primário	49,2	48,9	43,5	41,7	32	24,9	27,8	23,7
Secundário	24,1	25,0	28,7	31,8	33	37,3	35,6	36,3
Terciário	26,7	24,5	27,7	26,5	35	36,5	36,6	40,0

Fontes: Baklanoff (1980, quadros n.ºs 5.1 e 8.5); Maravall e Santamaría (1989, quadro n.º 2); Murteira (1979, quadro n.º 11.1); Biescas (1990, quadro n.º 2).

⁴⁹ Na mesma linha, mas referindo-se à experiência espanhola de neocorporativismo que se iniciara com a *transição democrática*, Víctor Pérez Díaz concluiu que «deu uma contribuição importante, quiçá decisiva, para a legitimação da economia de mercado em Espanha» (1987, p. 112), economia de mercado que se teria visto ameaçada pela conflitualidade social que estalara como consequência da crise económica e da ditadura opressiva e repressiva em que se tinha iniciado (id., *ibid.*, p. 35 e caps. 2-3).

[QUADRO N.º 2]

Sectores	1950 (a)	1954 (b)	1961 (b)	1973-1974 (b)	
	Portugal	Espanha	Portugal	Portugal	Espanha
Primário	28%	22%	23,8%	16,3%	12,7%
Secundário	38%	35%	36,8%	43,2%	33,5%
Terciário	34%	43%	39,4%	40,6%	51,8%

Fontes: Baklanoff (1980, quadros n.ºs 8.1 e 10.1); Maravall (1985); Murteira (1979, quadro n.º 11.1).

(a) Em percentagem do PNB.

(b) Em percentagem do PIB.

BIBLIOGRAFIA

- AGÜERO PIWONKA, Felipe, e Mariano Torcal Lorient (1993), «Élites, factores estructurales y democratización (una discusión de aportes recientes en la literatura)», in *Revista de Estudios Políticos*, n.º 80, Abril-Junho, pp. 329-350.
- ALMENDROS MORCILLO, J., et al. (1978), *El Sindicalismo de Clase en España (1939-1977)*, Barcelona, Península.
- BAKLANOFF, Eric M. (1980), *La Transformación Económica de España y Portugal. La Economía del Franquismo y del Salazarismo*, Madrid, Espasa-Calpe, Biblioteca del Pensamiento Económico Moderno, Serie Mayor.
- BALFOUR, Sebastián (1989), *Dictatorship, and the City. Labour in Greater Barcelona since 1939*, Oxford, Clarendon Press.
- BANCO DE BILBAO (1977), *Informe Económico. 1976*, Bilbao, Banco de Bilbao, Servicio de Estudios.
- BIESCAS, José A. (1990), «Estructura y coyunturas económicas», parte 1, pp. 19-164, in J. A. Biescas e Manuel Tuñón de Lara, *España bajo la Dictadura Franquista (1939-1975)*, Barcelona, Labor.
- BRUNEAU, Thomas C. (1984), *Politics and Nationhood. Post-Revolutionary Portugal*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- CAMPINOS, Jorge (1982), «La transición del autoritarismo a la democracia en la Europa del Sur: el ejemplo portugués», in Julián Santamaría (coord.), *Transición a la Democracia en el Sur de Europa y América Latina*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 151-197.
- CARR, Raymond, e Juan P. Fusi (1987), *Spain: Dictatorship to Democracy*, Londres, Boston, Sydney, Wellington, Allen & Unwin.
- COLLIER, David (coord.) (1979), *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- DAHL, Robert A. (1971), *Polyarchy. Participation and Opposition*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- DIAMOND, Larry (1992), «Economic development and democracy reconsidered», in G. Marks e Larry Diamond (coords.): *Reexamining Democracy. Essays in Honor of Seymour Martin Lipset*, EUA, Sage Publicators.
- DORNBUSCH, Rudiger, Richard S. Eckaus e Lance Taylor (1979), «Analysis and projection of macroeconomic conditions in Portugal», in Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (coords.), *Contemporary Portugal. The Revolution and its Antecedents*, Austin and Londres, University of Texas Press, pp. 299-330.
- DOWNS, Charles (1989), *Revolution at the Grass Roots. Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, State University of New York Press.

- EKIERT, Grzegorz (1993), «Prospects and dilemmas of the transition to a market economy in East Central Europe», in *Research on Democracy and Society*, vol. 1, pp. 51-82.
- ELLWOOD, Sheelagh (1978), «La clase obrera bajo el régimen de Franco», in Paul Preston, *España in Crisis: La Evolución y Decadencia del Régimen de Franco*, México, Madrid, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, «Obras de História», pp. 265-302.
- ESTEBAN, Joan M. (1978), «La política económica del franquismo: una interpretación», in Paul Preston, *op. cit.*, pp. 147-180.
- EVANS, Peter (1992), «The state as problem and solution: predation, embedded autonomy, and structural change», in S. Haggard e R. Kaufman (coords.), *The Politics of Economic Adjustment*, Princeton University Press, pp. 139-181.
- FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Miguel Ángel (1992), «Economic reform in Southern Europe: the Spanish experience», manuscrito policopiado, Junho.
- FERNÁNDEZ DÍAZ, Andrés (1982), «La política económica española de la transición a la democracia», texto da conferência proferida em 11 de Março de 1979 na Sorbonne, Paris, «Éditions hispaniques, études ibériques et latino-américaines appliquées».
- FISHMAN, Robert M. (1990a), *Working-Class Organizations and the Return to Democracy in Spain*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- FISHMAN, Robert M. (1990b), «Rethinking state and regime: Southern Europe's transition to democracy», in *World Politics*, vol. 42, n.º 3, Abril, pp. 422-440.
- FOWERAKER, Joseph W. (1987), «The role of labor organizations in the transition to democracy in Spain», in R. P. Clark e M. H. Haltzel (coords.), *Spain in the 1980s. The Democratic Transition and New International Role*, Cambridge, Massachusetts, Ballinger Publishing Company, The Wilson Center, pp. 97-122.
- FOWERAKER, Joe (1989), *Making Democracy in Spain. Grass Roots Struggle in the South, 1955-1975*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FUENTES QUINTANA, Enrique (1980), «La crisis económica española», in *Papeles de Economía Española*, 1 («Crisis Económica»), pp. 84-136.
- FUENTES QUINTANA, Enrique (1983), «La prioridad política de la economía en la transición española», in *Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política*, 3 («Recesión: naturaleza y opciones»), Janeiro-Junho, pp. 118-127.
- FUENTES QUINTANA, Enrique (1988), «Tres decenios de la economía española en perspectiva», in José L. García Delgado (coord.), *España. Economía*, Madrid, Espasa-Calpe, pp. 1-75.
- FUENTES QUINTANA, Enrique (1990), «De los pactos de la Moncloa a la Constitución (Julio 1977-Diciembre 1978)», in José L. García Delgado (coord.), *Economía Española de la Transición y de la Democracia*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 23-34.
- GARCÍA DELGADO, José L. (1983), «Crisis económica y transición política en España: 1973-1982», in *Pensamiento Iberoamericano, Revista de Economía Política*, 3, cit., pp. 113-117.
- GARCÍA DELGADO, José L. (1987), «La industrialización y el desarrollo económico de España durante el franquismo», in Jordi Nadal, Albert Carreras e Carles Sudrià (coords.), *La Economía Española en el Siglo XX. Una Perspectiva Histórica*, Barcelona, Ariel, Ariel História, pp. 164-189.
- GARCÍA DELGADO, José L., e José M. Serrano Sanz (1990), «De la primera crisis energética a las elecciones del 77: tiempo de incertidumbre», in José L. García Delgado (coord.), *Economía Española de la Transición y de la Democracia*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 3-21.
- GARCÍA VALVERDE, Julián (1980), «El carácter de la crisis y las políticas anticrisis», in *Papeles de Economía Española*, 1 («Crisis económica»), pp. 76-82.
- GARCÍA VIÑUELA, Enrique (1980), «La crisis económica internacional», in *Papeles de Economía Española*, 1 («Crisis económica»), pp. 54-67.

- GOUREVITCH, Peter (1986), *Politics in Hard Times. Comparative Responses to International Economic Crises*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- GUNTHER, Richard (1980), *Public Policy in a No-Party State. Spanish Planning and Budgeting in the Twilight of the Franquist Era*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press.
- HAGGARD, Stephan (1990), *Pathways from the Periphery. The Politics of Growth in the Newly Industrializing Countries*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- HAMMOND, John L. (1981), «Worker control in Portugal: the revolution and today», in *Economic and Industrial Democracy*, vol. 2, pp. 413-453.
- HAMMOND, John L. (1985), «Popular power and the Portuguese far left», in *European Journal of Political Research*, vol. 13, n.º 2, Junho, pp. 207-225.
- HAMMOND, John L. (1988), *Building Popular Power. Workers' and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1991), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman e Londres, University of Oklahoma Press.
- IBARRA GÜELL, Pedro (1987), *El Movimiento Obrero en Vizcaya: 1967-1977. Ideología, Organización y Conflitividad*, Bilbao, Universidad del País Vasco.
- III PLAN DE DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL, 1972-1975 (1971), Madrid, Boletín Oficial del Estado.
- LEEDS, Elisabeth (1984), «Salazar's *modelo económico*: the consequences of planned constraint», in Thomas C., Bruneau, Victor M. P. da Rosa e Alexandre MacLeod (coords.), *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community*, Otava, Canadá, University of Otava Press, pp. 13-51.
- LIMA, Albano (1976), *Sindicatos e Acção Sindical*, Lisboa.
- LINDE, Luís M. (1990), «La profundización de la crisis económica: 1979-1982», in José L. García Delgado (coord.), *Economía Española de la Transición y de la Democracia*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 35-57.
- LINZ, Juan J. [1987 (1978)], *La Quiebra de las Democracias*, Madrid, Alianza Editorial.
- LIPSET, Seymour Martin [1969 (1959)], «Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy», in Charles F. Cnudde e Deane E. Neubauer (coords.), *Empirical Democratic Theory*, Chicago, Markham Publishing Company, pp. 151-192.
- LOGAN, John R. (1983), «Worker mobilization and party politics: revolutionary Portugal in perspective», in Lawrence Graham e Douglas L. Wheeler (coords.), *In Search of Modern Portugal. The Revolution and Its Consequences*, Madison e Londres, The University of Wisconsin Press, pp. 135-148.
- LOMAX, Bill (1983), «Ideology and illusion in the Portuguese revolution: the role of the left», in Lawrence Graham e Douglas L. Wheeler (coords.), *op. cit.*, pp. 105-124.
- MACHADO, Diamantino P. (1991), *The Structure of Portuguese Society. The Failure of Fascism*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- MAKLER, Harry M. (1983), «The consequences of the survival and revival of the industrial bourgeoisie», in Lawrence Graham e Douglas L. Wheeler (coords.), *op. cit.*, pp. 251-283.
- MALO DE MOLINA, José L. (1985), «Distorsión y ajuste del mercado de trabajo español», in *Papeles de Economía Española*, 21 («Los ajustes a la crisis de la economía española»), pp. 214-235.
- MARAVALL, José Maria (1978), *Dictadura y Disentimiento Político. Obreros y Estudiantes bajo el Franquismo*, Madrid, Alfaguara, Tesis Alfaguara, Sociología.
- MARAVALL, José Maria (1985), *La Política de la Transición*, Madrid, Taurus.
- MARAVALL, José Maria (1991), «Economic reforms in new democracies: the Southern European experience», Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, CEACS, *Estudio/working paper*, 22, Junho.
- MARAVALL, José Maria (1993), «Las nuevas democracias. Economía y política», in *Claves*, 34, Julho-Agosto, pp. 13-23.

- MARAVALL, José María (1995), *Los Resultados de la Democracia. Un Estudio del Sur y el Este de Europa*, Madrid, Alianza Editorial.
- MARAVALL, José María, e Julián Santamaría (1989), «Transición política y consolidación de la democracia en España», in José F. Tezanos, Ramón Cotarelo e Andrés de Blas (coords.), *La Transición Democrática Española*, Madrid, Sistema, pp. 183-249.
- MATEUS, Augusto (1983), «Internacionalização, crise e recessão (a especificidade portuguesa)», in *Pensamiento Iberoamericano, Revista de Economía Política*, 3, cit., pp. 131-162.
- MAXWELL, Kenneth (1976), «The thorns of the Portuguese revolution», in *Foreign Affairs*, vol. 54, n.º 2, Janeiro, pp. 250-270.
- MAXWELL, Kenneth (1982), «The emergence of Portuguese democracy», in John H. Herz (coord.), *From Dictatorship to Democracy. Coping with the Legacies of Authoritarianism and Totalitarianism*, Westport (Connecticut) e Londres, Greenwood Press, pp. 231-250.
- MOCHÓN, Francisco, Germán Ancochea e Antonio J. Ávila (1988), *Economía Española, 1964-1987. Introducción al Análisis Económico*, Madrid, MacGraw-Hill.
- MURTEIRA, Mário (1979), «The present economic situation: its origins and prospects», in Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (coords.), *op. cit.*, pp. 331-350.
- MUÑOZ, Juan, Santiago Roldán, Angel Serrano e José L. García Delgado (1974), *La Economía Española, 1973. Anuario del Año Económico*, Madrid, Editorial Cuadernos para el Diálogo (EDICUSA).
- NELSON, Joan M. (coord.) (1990a), «Conclusions», in *Economic Crisis and Policy Choice*, Princeton, Princeton University Press, pp. 321-361.
- NELSON, Joan M. (coord.) (1990b), «Introduction: the politics of economic adjustment in developing nations», *op. cit.*, pp. 3-32.
- O'DONNELL, Guillermo (1973), *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, «Politics of modernization», 9.
- O'DONNELL, Guillermo, e Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, prefácio de Abraham F. Lowenthal, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press.
- OPELLO Jr., Walter C. (1991), *Portugal. From Monarchy to Pluralist Society*, Boulder, San Francisco, Oxford, Westview Press.
- PÉREZ DÍAZ, Víctor (1980), *Clase Obrera, Orden Social y Conciencia de Clase*, Madrid, Fundación del Instituto Nacional de Industria, Programa de Investigaciones Sociológicas.
- PÉREZ DÍAZ, Víctor (1987), *El Retorno de la Sociedad Civil. Respuestas Sociales a la Transición Política, la Crisis Económica y los Cambios Culturales en España, 1975-1985*, Madrid, Instituto de Estudios Económicos, «Colección Tablero».
- PIRES, José (1974/5?), *Greves e o 25 de Abril*, Montijo, Base, colecção «O Povo em Acção».
- PRZEWORSKI, Adam (1991), *Democracy and the Market*, Cambridge, Cambridge University Press, «Studies in Rationality and Social Change».
- REDERO SAN ROMÁN, Manuel, e Tomás Pérez Delgado (1994), «Sindicalismo y transición política en España», in *Ayer*, 15 (*La Transición a la Democracia en España*), pp. 189-222.
- REDERO SAN ROMÁN, Manuel (1992), «Las relaciones laborales en el franquismo y la transición democrática (1958-1978). Anotaciones al caso de UGT», in *Estudios de Historia de la UGT*, Universidad de Salamanca, Acta Salmanticensia, Estudios Históricos y Geográficos, 85, Fundación Largo Caballero, Centro de Estudios Históricos, pp. 123-202.
- REQUEJO, Jaime (1980), «Las raíces internacionales de la crisis», in *Papeles de Economía Española*, 1 («Crisis Económica»), pp. 68-75.
- RODRIGUES, Jorge da Paz (1981), *Breve História do Sindicalismo Português e Perspectivas Futuras do Sindicalismo Democrático*, Lisboa.
- RODRÍGUEZ LÓPEZ, Julio (1989), «El periodo de la transición política desde la perspectiva del análisis económico», in José F. Tezanos, Ramón Cotarelo e Andrés de Blas (coords.), *La Transición Democrática Española*, Madrid, Sistema, pp. 117-147.

- ROJO, Luis, A. (1987), «La crisis de la economía española, 1973-1984», in Jordi Nadal *et al.*, *op. cit.*, pp. 190-200.
- RUIZ, David (coord.) (1993), *Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)*, Madrid, Siglo XXI.
- SCHMITT, Hans O. (1981), «Economic stabilization and growth in Portugal», International Monetary Fund, *Occasional Paper*, n.º 2, Washington, D. C., Abril.
- SCHMITTER, Phillipe C. (1975), «Liberalization by Golpe: retrospective thoughts on the demise of authoritarian rule in Portugal», in *Armed Forces and Society*, vol. 2, n.º 1, Outono, pp. 5-33.
- SEGURA, Julio (1980), «Comentarios sobre la crisis económica», in *Papeles de Economía Española*, 1 («Crisis Económica»), pp. 137-142.
- SEGURA, Julio (1983), «Crisis y estrategias alternativas: el caso español», in *Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política*, 3, *cit.*, pp. 93-112.
- SUBIRATS, Joan (1989), «Political change and economic crisis in Spain. 1974-1987», in E. Damgaard, P. Gerlich e J. J. Richardson (coords.), *The Politics of Economic Crisis*, Avebury.
- TAMAMES, Ramón (1988), *La República. La Era de Franco*, Madrid, Alianza Editorial, «Historia de España», 7.
- YRARRAZÁBAL, Juan (1985), «La transición a la democracia en Portugal: experiencia para Chile?», in Francisco Orrego Vicuña (coord.), *Transición a la Democracia en América Latina*, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, «Colección Estudios Políticos y Sociales», pp. 185-206.